

# Aldeia comunal e cooperativa sua relação e dimensão óptima

por Nicolai Crib

**N**A sequência da divulgação de algumas opiniões que recolhemos junto do professor Nicolai Crib, acerca das transformações agrárias ocorridas no nosso país e que publicamos no nosso Jornal, na edição de 27 de Setembro findo, inserimos hoje, uma contribuição do mesmo economista acerca de um aspecto in-

autor que nos parece poder constituir uma contribuição para o desenvolvimento de um debate sobre este tema de enorme importância no nosso País.

O desenvolvimento do movimento cooperativo pressupõe a sua expansão em todos os sentidos. Tomando em conta todas as condições duma loca-

formações no campo. Isso é bem definido nas resoluções do Partido e dos órgãos estatais e confirmado pela prática. É de mencionar aqui, as palavras do relatório da reunião de balanço das actividades desenvolvidas nas cooperativas agrícolas e aldeias comunais, realizada em Agosto de 1984, na Aldeia Comunal Eduardo Mondlane, distrito de Chibuto, da província de Gaza: «Sobre o relacionamento Cooperativa/Aldeia — todos os participantes foram unânimes em considerar Cooperativa e Aldeia como duas coisas inseparáveis em todos os aspectos».

## A QUESTÃO PRINCIPAL DA ORGANIZAÇÃO

Como já foi dito, as formas principais das empresas agrícolas organizadas nas aldeias comunais são as cooperativas e as empresas estatais agrícolas. A partir da sua especialização, elas devem organizar a produção dos produtos agrícolas necessários à auto-suficiência e melhoramento da dieta alimentar da população da aldeia e produzir outros produtos, como também produtos de exportação, para satisfazer as necessidades do país.

Elas devem ainda organizar outras formas da actividade produtiva entre os habitantes aptos a trabalhar para ocupar inteiramente os recursos laborais da aldeia. Para isso, em moldes empresários, podem organizar-se outros ramos agrícolas, como a criação de gado ou de pequenas espécies, apicultura, pecuária, horticultura e outros.

O desenvolvimento multiforme da empresa pressupõe também a organização dos serviços necessários — parque de máquinas e de transporte, oficinas, moinho, abastecimento de água e electricidade, creche, refeitórios, etc., etc. — uma parte da mão-de-obra pode ser ocupada nos ramos não agrícolas — na produção dos materiais de construção e na mesma construção, no artesanato, na produção de combustível doméstico, etc.

Nas aldeias comunais funcionam estruturas de educação, de medicina, de cultura e outras, subordinadas aos órgãos de poder estatal locais que as organizam, controlam e financiam. As cooperativas de consumo ou estabelecimentos de comércio estatal, os correios — são também partes integrantes das infra-estruturas duma aldeia. Assim, organiza-se na aldeia comunal um complexo organismo económico e social que para um bom funcionamento precisa de uma boa articulação e direcção.



Um posto médico improvisado ao ar livre na «Julius Nyerere»

portante da problemática da socialização do campo: a relação entre aldeias comunais e cooperativas agrícolas e a dimensão óptima que deve caracterizar estas estruturas sociais e económicas. Como é evidente trata-se de uma opinião pessoal do seu

lidade e distrito uma coisa é inseparável deste processo. A criação e o desenvolvimento das cooperativas estão sempre ligados à criação e desenvolvimento das aldeias comunais. Separá-los um do outro significaria prejudicar todo o processo de trans-

A questão principal neste processo organizacional é a questão de uma dimensão ideal de uma aldeia comunal e da cooperativa agrícola, pois, ambas grandezas estão estreitamente ligadas entre si. Faremos uma tentativa para resolver o problema, embora a nossa perspectiva e conclusões possam ser discutíveis.

## A GIGANTOMANIA

Falando sobre a (dimensão ideal), subentendemos uma aldeia, que responda de modo favorável a todas as posturas acima. Deste ponto de vista podem ser organizadas aldeias (pequenas), ideais e «grandes» conforme o número de habitantes.

Partimos do facto de que, em primeiro lugar a grandeza duma aldeia exerce influência nas considerações estratégicas e morais.

De ponto de vista estratégico a concentração numa aldeia de um número considerável de população é possível só à custa da sua transplantação de regiões ou lugares onde viveu durante um tempo determinado numa densidade proporcional às condições económicas e sociais, condições locais. Tomando em conta a pouca densidade populacional na maioria das regiões rurais, uma transplantação para distâncias longas significaria o despovoamento de certas regiões do território nacional. Isso significaria também a perda das áreas e das plantações já cultivadas e plantadas. O facto seria desfavorável do ponto de vista da defesa do país, do desenvolvimento futuro das vastas regiões abandonadas e da construção das comunicações internas. Por isso a escolha do lugar da futura aldeia, exige uma argumentação estratégica.

De ponto de vista moral é também necessário tomar em consideração que uma transplantação para distâncias longas pode perturbar a atracção natural do homem ao lugar do seu nascimento e onde estão enterrados os seus antepassados. Isto pode impor dificuldades adicionais na formação das Aldeias.

Por isso, a criação de aldeias comunais grandes, das chamadas «cidades no campo», a nosso ver, pode entrar em conflito com os interesses nacionais e pode apenas reflectir tendências abusivas de «gigantomania», na construção tanto das aldeias, como das cooperativas. A agricultura está sempre ligada à extensão territorial e este princípio deve ser dominante na localização das aldeias.

## DOIS FACTORES DECISIVOS

Em segundo, existem dois factores que exercem uma influência directa sobre a dimensão ideal da aldeia: o factor da educação e o factor da produção. Os outros — administração, saúde pública, cultura, direcção política, etc., são factores derivados dos dois primeiros.

O factor educação a nosso ver, é principal e que antes de tudo, predetermina o número de habitantes da aldeia e os seus recursos laborais.

A formação da geração nova é uma das tarefas fundamentais da Revolução. Neste sentido a escola organizada na aldeia pode e deve desempenhar o papel decisivo.

Daqui surge uma pergunta importante: que tipo de escola deve ser organizada na aldeia — primária ou escola completa com base de 10 ou 11 anos? Consideramos que deve ser a escola completa para formar a base da mão-de-obra qualificada.

É reconhecido que a escola será eficaz económica e organizacionalmente caso ela tenha pelo menos duas turmas paralelas de cada ano de estudo, compostas de 25 a 30 alunos cada. O número total de alunos neste caso, seria de 500 a 600 (2 turmas  $\times$  25-30 alunos  $\times$  10 anos) ou 550-600, no caso da escola de 11 anos de estudo como está previsto no Sistema Nacional de Educação.

Conforme o Recenseamento Geral da População de 1980, o número de pessoas por uma família reprodutiva (família composta de 3 e mais membros) constitui em média no país rural 5,5 e entre eles 2-2,5 crianças de idade escolar. Neste caso, o número de agregados familiares, cujas crianças irão à escola, varia de 275 a 330, ou, arredondando os dados, o número de famílias reprodutivas por uma aldeia pode ser de 300 e o número geral de famílias, incluindo as que são compostas de 1-2 pessoas (28% de todas as famílias, registadas no Recenseamento), será 380. Concluímos; a partir destes dados a dimensão ideal de uma Aldeia Comunal é de 350 a 400 famílias de composição diversa.

O número de habitantes da aldeia, vai portanto variar de 1900 a 2200 pessoas, tendo entre eles 500-600 crianças de idade escolar. Com um tal número de alunos, a escola pode formar um colectivo estável de professores, com a sua própria base técnica, material e desportiva eficientemente utilizada.

Voitemo-nos para o factor de produção. O número total da força de trabalho numa aldeia, acima projectada, vai variar entre 700 e 900 cooperativistas. Temos a certeza que no futuro o Estado, através de parques de máquinas estatais ou vendendo a técnica às cooperativas, pode assegurar a execução mecanizada de trabalhos laboriosos das cooperativas, tais como a destronca, lavoura, gradagem, sementeira, sacha, adubação e, parcialmente, a colheita. Outros trabalhos nas machambas colectivas e nas economias familiares serão cumpridos à mão. Partindo deste e tomando em conta o nível distinto de intensidade da produção nas cooperativas de diferentes especialização (algodão, milho, amendoim, mapira, toranjas, batatas, legumes, etc.), a força de trabalho da aldeia acima referida pode cultivar de 1 a 2 mil hectares de terra arável (sem pastagens) para produzir produtos vegetais. Se se tomar em conta o desenvolvimento possível dos ramos de pecuária, a área cultivada pode diminuir, isso pode ser estudado caso a caso.

Nestas condições seria possível aplicar o princípio: «Uma Aldeia Comunal — Uma Cooperativa Agrícola». A sua adopção na prática daria a possibilidade de formar um território de terra composto com uma extensão razoável e evitar deste modo, uma localização muito distanciada da machamba colectiva em relação a Aldeia Comunal. Será preciso neste caso, cerca de 1 hora de marcha da zona residencial à machamba mais distante (5 km). O problema de distância a percorrer foi levantado nas Resoluções da primeira Reunião Nacional das Aldeias Comuns. Aqui, foi reconhecido que um dos factores negativos que contribuem para a desestabilização da vida económica e social na Aldeia é «a grande dispersão territorial das actividades da Aldeia Comunal e o deficiente planeamento físico».

Grandes distâncias entre a Aldeia Comunal e

- os locais de produção;
- os locais de existência de materiais de construção;
- os locais onde existe a água.

Todos estes factores devem ser tomados em conta na escolha do lugar da localização da Aldeia, no seu planeamento físico.

A dimensão da área cultivada de 1 a 2 mil hectares daria a possibilidade de aproveitar a terra numa base científica, organizando o seu acolhimento com uma rotação adequada das culturas e com a área suficiente de um campo para mecanizar os processos de produção. O acolhimento transformar-se-á numa alavanca do aproveitamento cultural da terra.

Qual é a situação actual na construção das Aldeias Comuns?

Conforme os dados do Departamento Rural do Ministério da Agricultura, no início de 1983, o país tinha 1387 aldeias comunais, onde vivem 1 836 399 pessoas ou seja 17% de toda a população rural. A composição média de 1 aldeia ao nível nacional é de 1 324 habitantes. O maior número de aldeias — 540 com 791 mil e 811 habitantes pertence à província de Cabo Delgado, sendo o número médio, de 1460 habitantes por aldeia. Nesta província, as aldeias comunais albergam 92% da população rural. Na província de Sofala, no mesmo período, estavam em funcionamento 123 aldeias com 231,8 mil habitantes. A dimensão média de 1 aldeia é de 1 880 pessoas e nelas residem 30% da população rural desta província. Na província de Nam-pula os dados respectivos constituem 231 aldeias, um total de 130,3 mil habitantes, 560 pessoas por aldeia e 6 por cento da total da população, na província de Gaza, são respectivamente 168 aldeias, um total de 379,7 mil pessoas e 2 260 pessoas por aldeia, o que representa 41 por cento. Numa das maiores províncias — na Zambézia, no ano em questão, tínhamos 41 aldeias, 38,9 mil hectares, 950 habitantes por aldeia representando um total de 1,2 por cento.

Na maior província em território e menor em número e densidade da população, Niassa, estes mesmos dados são de 63, 68,6 mil hectares, 1860 habitantes e 14 por cento de toda a população rural.

Existem no país muitos exemplos de boa coordenação na construção das aldeias comunais e na organização de cooperativas de produção. A Aldeia Comunal Mafrangue, no distrito de Manjacaze, em Gaza, foi fundada em 3 de Fevereiro de 1976 e é formada por 750 famílias. Ela está dividida em três bairros, tem uma escola primária, posto de saúde e comando das milícias populares. A Cooperativa Agrícola Liberdade, organizada na aldeia, em 11 de Novembro de 1976 com 78 membros, actualmente conta com 390. Na campanha agrícola 84/85, tinha como plano cultivar 400 hectares, mas não atingiu as metas devido a diversos factores, tais como o combustível («Notícias», 7/8/1985).

No período inicial de formação das aldeias comunais, foram tomadas em consideração principalmente nas questões sociais, tendo os problemas da produção, ocupado um lugar secundário. Por isso, numerosas aldeias comunais em todas as províncias, ficaram sem cooperativas nelas organizadas. Basta dizer que nas províncias acima mencionadas em 1983, o número de cooperativas agrícolas foi de 24 em Cabo Delgado (540 aldeias comunais), em Sofala, 21 para 123 aldeias comunais, Gaza, 42 para 163, Nampula, 34 para 231, Zambézia, 41 para 45 e em Niassa, 52 para 63 aldeias comunais. Ao nível nacional em 1982, existiam 375 cooperativas agrícolas ou seja cada quatro aldeias tinham uma cooperativa.

Existem no país, muitas aldeias comunais sem cooperativas e ao mesmo tempo foram organizadas as cooperativas e pré-cooperativas fora das aldeias. Isto, significa também que o movimento cooperativo tem um vasto campo de proliferação, se se aplicar na prática o princípio, «Uma Aldeia - Uma Cooperativa Agrícola». Neste caso as aldeias comunais podem adquirir um desenvolvimento harmonioso e equilíbrio e os seus habitantes podem ter uma ocupação estável e não precária.

Voltemos por último à questão da dimensão ideal e da dimensão real da aldeia. Os dados da dimensão média real duma aldeia, na província de Sofala (1880 habitantes) e de Gaza (2260) testemunham que elas estão nos limites da dimensão ideal calculada — 1900-2200 pessoas. Mas trata-se nestes casos da dimensão média real calculada, pois na realidade existem as aglomerações rurais organizadas que contam com mais de 3-5 mil habitantes e a sua viabilidade pode ser estudada em todos os casos concretos.